

O que você sabe sobre a África?

Um estudo de caso em uma escola da rede pública do Distrito Federal (Brasil)

Júlia Schnorr

Secretaria de Educação do Distrito Federal
Brasília - Distrito Federal - Brasil
juliaschnorr@gmail.com

Resumo: O seguinte artigo propõe um estudo de caso sobre a aplicação da lei 10.639, publicada em 2003, no universo de uma escola pública da rede de ensino do Distrito Federal. A hipótese inicial era de que a legislação forçou uma modificação no espaço escolar, desde a formação docente, passando pela elaboração do material didático, bem como na conformação da representação da História da África para os jovens estudantes. O estudo considera que os estudantes, professores e materiais didáticos têm interesse na História da África, contudo, a formação docente não instrumentaliza o professor a abordar aspectos da temática que o permitam ir além de uma visão colonizadora da África e do africano na formação do Brasil. Os estudantes entrevistados entendem a importância da valorização da heranças afro-brasileiras, no entanto, não apresentam posicionamentos que aprofundem a temática no que se refere à História e diversidade africana. Por fim, o material didático utilizado apresenta a História da África de forma desfragmentada e, ainda, majoritariamente foca na História do Egito. Dessa forma, acredita-se que a legislação trouxe à escola uma temática ainda não apropriada de forma adequada pelos indivíduos envolvidos no âmbito escolar.

Palavras-chave: Formação docente. Lei 10.639/03. Representação. História da África. Material didático.

Introdução

A Lei Federal 10.639 de 2003 inclui o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. Além disso, a legislação especifica que os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História brasileiras.

Essa legislação é resultado de ações dos movimentos sociais populares frente a aspectos do ensino brasileiro que, por tradição, priorizaram conteúdos com abordagens eurocêntricas,

apresentando a história da África sob a regência única da escravidão:

A referida lei não foi sancionada de um dia para o outro. Ao contrário, antes de ser sancionada, passou por diversos estágios, resultando dos movimentos negros da década de 1970 e do esforço de simpatizantes da causa negra na década de 1980, quando diversos pesquisadores alertaram para a evasão e para o déficit de alunos negros nas escolas, em razão, entre outras causas, da ausência de conteúdos afrocêntricos que valorizassem a cultura negra de forma abrangente e positiva (PEREIRA, 2012, p.1).

Especialmente após a legislação ser promulgada, o estudo da África e de sua influência na história mundial cativa, cada vez mais, investigadores. Podemos dizer inclusive, como aponta Oliva e Coelho (2011, p.8), que vivemos o ápice de trabalhos científicos produzidos sobre a África no Brasil. Esses pesquisadores também apontam que as fontes de leitura sobre a história africana existem, são qualificadas e estão disponíveis. Temos, como exemplo, a tradução dos oito volumes da seminal obra *História Geral da África*, vinculado a um projeto do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de São Carlos (MEC-Unesco). Para eles:

Temos, há algum tempo, um corpo de estudiosos diferenciado, produzindo pesquisas sobre a África; os espaços de divulgação e diálogo sobre esse conhecimento produzido foram (e são) abertos com intensidade incomparável; a publicação de livros, coletâneas, artigos, capítulos e obras traduzidas nos últimos anos gerou uma massa consultável de leituras a professores e estudantes nos diversos níveis de ensino (OLIVA e COELHO, 2011, p.9).

Dessa forma, após 15 anos da promulgação da legislação, podemos esperar modificações em diferentes âmbitos na vida escolar. Nesse artigo, investigaremos a trajetória profissional docente nos últimos 15 anos, o conteúdo do material didático e a representação da História da África para os estudantes. A hipótese de que a legislação 10.639 causou modificação na abordagem da África nas escolas nos motivou a elaborar um artigo sob esses três pilares - trajetória docente, material didático e representação dos estudantes, que traga os levantamentos apontados na nossa investigação do estudo de caso a ser apresentado.

A escola escolhida como local de pesquisa é pública, de Ensino Médio e está localizada no Plano Piloto, especificamente na Asa Norte. Em 2017, ela teve catorze turmas de primeiro ano do Ensino Médio, atendendo jovens de diversos locais de Brasília e do entorno. O índice de repetência do primeiro ano, em 2017, foi em torno de 30%. Todos os estudantes receberam livros de História e não havia preenchimento definitivo da vaga de professor de História, que se dá através de remanejamento do Governo do Distrito Federal, o que auxiliou na mudança sucessiva do corpo docente desta disciplina, como iremos abordar na sequência.

Dividimos a construção deste artigo em três etapas: a) entrevista aberta com três

profissionais de educação no ensino de História e que trabalharam, no ano de 2017, como professores dos estudantes investigados; b) entrevista semiestruturada com estudantes do primeiro ano do Ensino Médio e c) breve estudo do conteúdo do material didático adotado pela instituição de ensino no ano de 2017 referente ao escopo das africanidades.

O perfil dos professores de História do primeiro ano do Ensino Médio

Abaixo, iremos relatar a relação dos professores com o ensino da História da África e responder às seguintes perguntas: a) O corpo docente estudou África na universidade? b) os seus professores eram especialistas em africanidades? c) eles fizeram formação continuada na área? d) Como eles percebem a África nos materiais didáticos? e) para eles, a África é de interesse dos estudantes? A ideia central é entender a relação da trajetória profissional dos docentes em relação à legislação 10.639 e as possíveis modificações que ela ocasionou.

Foram entrevistados¹ os três professores que lecionaram no ano de 2017 na instituição para todas as turmas de primeiro ano. A troca de professores pode surpreender, mas ocorreu por motivos pessoais e também por meandros da própria administração de recursos humanos da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF).

A primeira professora, que lecionou de fevereiro a julho de 2017, Bibiana, rescindiu o contrato com a Secretaria de Educação, pois se mudou para os Estados Unidos. Quem lecionou de agosto a setembro foi a Flávia, que saiu da instituição de ensino, pois Samuel, professor de carreira, assumiu o lugar do contrato temporário.

Dos três, o professor com mais experiência na rede pública é Samuel, 65 anos. Ele soma quase 20 anos como professor da SEDF. Samuel nunca estudou História da África na universidade que se formou, a União Pioneira de Integração Social, UPIS, e tampouco teve contato com algum professor que fosse especialista nessa área ou com algum estudante da graduação que pesquisou a temática.

Apesar dessa clara lacuna, mesmo após a legislação 10.639, Samuel não reforçou a temática na formação continuada, seja realizando cursos de especialização, seja frequentando

¹ A entrevista com os professores se deu através de trocas de mensagens, preferencialmente com o uso do correio eletrônico.

aulas² promovidas pelo Governo do Distrito Federal, na Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais do Estado do Distrito Federal, Eape.

O conhecimento sobre África, nas palavras do Samuel, “é o que tenho lido em algum livro por conta própria”. No entanto, diz sentir-se à vontade para abordar os assuntos, especialmente “se estiver com um referencial em mãos”. Verifica-se, contudo, a contradição entre a alegação de que pode trabalhar o conteúdo de África em sala de aula, mas sem buscar, diante da pouca base na formação inicial, cursos de aperfeiçoamento que tragam informações e métodos específicos.

Ao analisar o material didático adotado em aula, o professor acredita que há poucos capítulos que citam os países da África. “Há pouquíssimas informações”, conclui. Samuel acredita que o mais importante da História da África é o que deve ser especificamente valorizado é a influência negra no Brasil, em especial na cultura.

Flávia tem 27 anos e é novata na profissão. Há menos de um ano, a também jornalista leciona História para jovens do Ensino Básico. Flávia alega ter estudado História da África na mesma faculdade que Samuel se formou há mais de duas décadas, a UPIS. Percebemos, assim, a mudança no currículo da formação dos professores, mesmo que a modificação tenha ocorrido, - como na maioria das instituições de ensino - somente após a promulgação da lei 10.639.

Indagada sobre o nome das disciplinas relacionadas à temática que estudou na universidade, Flávia lembra que eram duas, História do Egito Antigo e História da África. A professora não recorda de nenhum professor especialista na área e tampouco conhece colegas que se aprofundaram nessa temática ao longo do curso. Pantoja (2011, p.18) lembra que poucos professores que estão trabalhando com África em universidades “têm formação específica, raros são mestres e menos ainda doutores na área”. Há a inserção da temática nas universidades, mas sem trajetória acadêmica consolidada.

Apesar de ter estudado a História da África³ na faculdade, Flávia não sente segurança para abordar o assunto em sala de aula e pensa em realizar cursos de aprimoramento sobre História da África, pois evidencia uma lacuna em sua formação inicial. Ao confrontarmos as falas de um professor experiente, Samuel, com a de Flávia, percebe-se a forma mais aberta e dialógica que a novata encara a sua profissão. Percebe que sua formação inicial é deficiente e

² No ano de 2017, por exemplo, foi ofertado no mínimo um curso específico sobre a História da África. Em 2018, o mesmo curso não foi oferecido na instituição Eape.

³ As duas disciplinas que cursou na faculdade, História do Egito Antigo e História da África lembram a divisão do conhecimento que existe nos materiais didáticos fornecidos aos estudantes, fato que iremos abordar em breve.

quer buscar alternativas.

Sobre os livros didáticos, Flávia acredita que “em sua maioria trazem apenas os lados negativos do continente. Alguns livros estão trazendo abordagem mais ampla, porém, se comparado com as páginas dedicadas à História europeia, por exemplo, é insuficiente”. Já em relação aos estudantes, Flávia sente que eles têm interesse sobre a África. Para dar valor à iniciativa, acredita que o professor precisa ir em busca de conhecimento para oferecer o conteúdo aos estudantes. “Isso faria com que tivessem um entendimento maior sobre cultura africana e diminuiriam assim vários preconceitos existentes”, conclui.

A primeira professora do ano letivo, Bibiana, 29 anos, tem outro repertório. Professora de História há um ano, ela garante que cursou História da África somente na pós-graduação, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). No entanto, ainda na graduação ela investigou, no trabalho final do curso, a independência de Angola. As disciplinas relacionadas ao tema que cursou no mestrado foram lecionadas exclusivamente por especialistas em África. Nesse período, Bibiana procurou diversas atividades na área, como na Jornada de Estudos Africanos e na Semana da África, além de eventos sobre literatura africana e de outros congressos específicos.

Bibiana tem consciência que teve contato com a História da África mais do que a média entre os professores de Educação Básica no Brasil. Ela credita isso ao mestrado na área de relações Brasil-África. Mesmo com essa dedicação, Bibiana acredita que falar sobre História da África é mais trabalhoso do que abordar conteúdos sedimentados ao longo dos anos como, por exemplo, a Revolução Francesa. “Com história da África, toda produção é muito mais recente e, portanto, exige mais trabalho de síntese e didática”, conclui.

Quando pensa sobre o livro didático, Bibiana reforça que a África aparece nas questões patrimoniais, como legados tangíveis e intangíveis na própria formação demográfica e cultural brasileira. “Muitas coisas não estão, ainda, nos livros didáticos. Para isso é preciso usar materiais próprios”.

Para finalizar, Bibiana enfatiza que a História da África é apresentada aos jovens de forma pulverizada. Para ela, pode acontecer uma visão simplificada e romantizada dos temas, em que se fala da importância dos iorubas, do vatapá e do candomblé, mas não se integra a África à dimensão do processo dos outros eventos da história mundial e brasileira:

O que era para ser, então, uma forma de descolonizar a formação intelectual, acaba por reforçar a ideia de que as contribuições da África estão em uma dimensão anexa,

secundária e descolada dos eventos políticos de "maiores dimensões" (Bibiana, 29 anos, professora de História).

A partir das entrevistas, percebe-se que a trajetória docente está interligada especialmente pela insuficiência da formação inicial relacionada às africanidades. Mesmo após a promulgação de normativos legais como a lei 10.639, a formação inicial não instrumentaliza os profissionais a trabalharem de forma autônoma ações educativas que expressem as africanidades. Além disso, percebe-se que os professores que se dedicam à África fazem-no unicamente por iniciativa pessoal, ou seja, não há uma promoção governamental para os estudos das africanidades como formação continuada e que garantam o atendimento às legislações. Essas questões certamente dificultam um ensino que vá além das práticas étnico-raciais e que compreenda a importância do continente africano na constituição da história mundial.

Como os estudantes da escola veem a África?

A fim de investigar a representação da África para estudantes do primeiro ano do Ensino Médio, realizamos um questionário com os jovens. Cinquenta e cinco pessoas responderam ao formulário intitulado “O que você sabe sobre a História da África?”, disponibilizado de forma online e com divulgação exclusiva via um grupo de mensagens instantâneas⁴.

A hipótese inicial era que a legislação havia apresentado aos estudantes uma África para além da escravidão, que é o mote central das aulas sobre o continente no Brasil. Como lembra Pantoja (2011, p.17), “antes, falar em africano significava estudar somente aquele sofrido agente de um passado longínquo, que um dia chegou na condição de escravo às praias brasileiras”. Para averiguar essa hipótese, elaboramos um questionário, que se encontra em anexo, a fim de entender a representação que estes estudantes têm da África.

Os instrumentos adotados para coletar os dados da representação da História da África com os estudantes foi uma entrevista estruturada e com questões abertas, na qual os jovens puderam se expressar de forma ampla e livre. Todo o questionário manteve-se anônimo e, até mesmo com certa surpresa, percebemos que os jovens levaram com seriedade e dedicação as respostas da investigação.

⁴ Utilizei-me de um grupo no aplicativo de mensagens instantâneas com os representantes de turma do primeiro ano. Esses estudantes ficaram responsáveis por divulgar a pesquisa em suas respectivas turmas.

Os estudantes tinham idade entre 14 e 17 anos, sendo que 49,1% tinham 15 anos. Dos entrevistados, 14,5% estavam com distorção na idade-série acentuada, ou seja, tinham 17 anos já completos e cursavam o primeiro ano do Ensino Médio.

Sobre os conhecimentos da obrigatoriedade do ensino de História da África no Brasil, 81,8% entendem ser um tópico obrigatório e a esmagadora maioria, 98,2%, acredita ser importante estudar a história deste continente, por motivos que serão apresentados na sequência.

As respostas para a pergunta “É importante estudar a História da África?” são variadas. Alguns estudantes demonstram que o estudo da África se dá por questões generalistas, como “*para não ser leigo*”, “*para conhecer todos os países e continentes*”, e para entender o “*mundo globalizado de hoje*”⁵. Percebe-se que esse tipo de resposta vai ao encontro da proposta de ampliar de forma geral o conhecimento. A fala de uma estudante é bastante explicativa, pois de acordo com ela, deve-se estudar a História da África para “*conhecer outras culturas, além da língua portuguesa que é falada em outros países*”. Essas falas, contudo, não consideram a relação direta do passado colonizador da África e do Brasil, somente especificam que é importante estudar todos os povos e continentes, de forma ampla e global.

A maioria dos entrevistados relaciona a História da África à palavra origens, seja ela do Homo Sapiens, seja ligada à História do Brasil, em especial porque veem relação entre os povos africano e brasileiro. Essa análise é encontrada em frases como “*porque é uma parte de nós, quem somos e nossas raízes vem de lá*” e “*pois a África é conhecida como o berço do mundo*”. Outro estudante aprofunda e afirma que “*o estudo nos faz perceber que a cultura africana está muito presente em nosso cotidiano, leitura, música e culinária*”.

Uma questão mais pontual e crítica é encontrada em respostas que enfatizam a importância de estudar a História da África para superar estereótipos do senso comum, como a pobreza e miséria. Um estudante afirma que “*geralmente temos uma visão muito diferente sobre o que realmente é a África*” e outro diz que “*temos um pensamento muito estereotipado de como é a África*”. Esse mesmo estudante complementa que as pessoas acreditam que a África é “*pobreza, fome, sofrimento e desnutrição*”. De forma geral, quando os estudantes trabalham com o viés de que há um estereótipo formado sobre o continente africano, percebemos que ele argumenta, utilizando palavras como eurocentrismo e etnocentrismo, como nos diversos casos

⁵ Fala dos próprios estudantes.

apresentados abaixo:

*“O estudo do continente africano como um todo continua não recebendo a devida atenção devido ao **eurocentrismo** que, apesar de não ser tão forte como antes, continua a existir. É importante usar todos os meios necessários para combater as diversas facetas do racismo institucional, sendo a educação a nossa maior aliada”.*

*“Há um modo **eurocêntrico** de ensinar história nas escolas”.*

*“Pois acredito que o ensino “padrão” sempre foi muito **eurocêntrico** e ninguém se lembra da importância da luta dos africanos para o nosso país. O Brasil tem uma diversidade cultural e a africana, segundo meu ponto de vista, é a que mais prevalece, mas ninguém enfatiza outras culturas além da Europa. Acho que ainda existe um preconceito nisso tudo”.*

*“Retirar **estereótipos** impostos pela sociedade e mudar nossa visão de que África só tem pobreza é um motivo pelo qual devemos estudar essa história!”*

*“Para entendermos a miscigenação existente e para **desconstruir a visão que o europeu quer que tenhamos sobre a África**”*

*“O estudo reduz a possibilidade de sermos preconceituosos com uma cultura, afinal vamos saber mais e **não o que o senso comum diz**”*

*“Porque assim poderemos saber mais sobre a África e sua história, quebrando alguns conceitos **etnocêntricos** que aprendemos ainda pequenos”.*

A vida escolar desses estudantes já começou com a regência da lei 10.639, que entre outras coisas, resgata a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. Dessa forma, percebemos que há, sim, entre os entrevistados, um pensamento crítico e opositor ao senso comum. Os estudantes, em sua maioria, entendem que temos na sociedade um senso comum do que é a África. Compreendem, também, que o estudo da África é a saída para desconstruí-lo e pulverizar conhecimentos sobre a África na história mundial.

Todavia, analisamos também que não há uma completa apropriação do conhecimento sobre a história desse continente, pois, como vimos, na maioria dos casos apresentados, a formação docente é incipiente, bem como não são consolidadas as abordagens do livro didático adotado na escola.

Demonstrações da pouca apropriação da história da África em si são encontradas em respostas que evidenciam a importância da África, especialmente em três casos, mas que chamam o continente de país, como é visto nos trechos abaixo:

*“Porque assim nós quebramos o fato de achar que a África é um **país** (sic) em que só existe miséria, povos pobres e entre outras coisas que falam sobre a África”.*

*“Pois a África é conhecida como o berço do mundo e a África foi o **país** (sic) que mais sofreu na época da escravidão”.*

“Devemos saber de tudo um pouco e principalmente das coisas que são estereótipos, porque a África não é só um país (sic) pobre, tem muitas vantagens e coisas boas que devemos conhecer”.

Determinar a África como um país é uma forma corriqueira do senso comum de homogeneizar a diversidade e demonstra que, embora haja uma declarada boa vontade em assumir a importância de povos que colaboraram com a construção sócio étnica do Brasil, há pouco conhecimento apropriado sobre o assunto.

A representação da África para os estudantes

Assim como a televisão e outras mídias, os bancos escolares são locais propícios à conformação das representações sociais. Representação social é um conceito utilizado por vários campos de saberes, como psicologia, sociologia e semiótica. Representação significa, em poucas palavras, o que forma conteúdo concreto de um ato de pensar e que é passível de transformação, ou seja, a representação está inserida no campo histórico e inter-relacionado aos processos de construção e lutas de poder.

As aulas são, dessa forma, espaços de construção e veiculação das representações sociais, essas mediações entre sujeitos com intersubjetividades. As representações são os canais de mediação no mundo contemporâneo, agindo no significante, seja na fala, escritura, imprensa, vídeo, filme ou gravações. Como lembra Oliva (2011, p.90):

As representações, pensadas como elementos integrantes e indissociáveis dos mecanismos mentais que estabelecem relações e elaborações identitárias, se apresentam como um importante objeto de reflexão e explicação para as percepções de mundo fabricadas nos bancos escolares.

Hall (1987) afirma que os próprios conceitos são representações mentais das coisas do mundo. Os mapas conceituais são significados compartilhados por pessoas com formações culturais convergentes. Assim, os conceitos de África tornam-se representações relacionadas a algumas materialidades e simbolismos. Essa linha de pensamento é corroborada por Oliva (2011, p.92) ao lembrar que “os recursos imagéticos presentes em um livro didático - mapas, figuras, fotografias, pinturas ou desenhos - são também produtos da tentativa de reprodução de certa realidade pelos seus autores”.

Podemos observar diversas tentativas dos entrevistados em colocar a História da África

de uma forma que desmistifique o senso comum de que o continente está relacionado à miséria e guerras. No entanto, ao analisarmos as representações dos estudantes acerca dessa história, percebemos que a quantidade de jovens que relaciona a África à fome e pobreza, por exemplo, é superior àqueles que indicam existir na História da África reinos e impérios. Isso corrobora a nossa hipótese de que há maior conscientização da importância do ensino de História da África, embora não haja uma apropriação aprofundada da diversidade do conteúdo em si:

O primeiro elemento revela a dificuldade em não olhar os africanos como “indígenas”, “primitivos”, “colonizados”, para passar a percebê-los como angolanos, cabo-verdianos, são-tomenses, guineenses ou moçambicanos, com suas identidades e complexidades (OLIVA, 2011, p.96).

Marque o que se refere à África: (marque mais de uma)

55 respostas

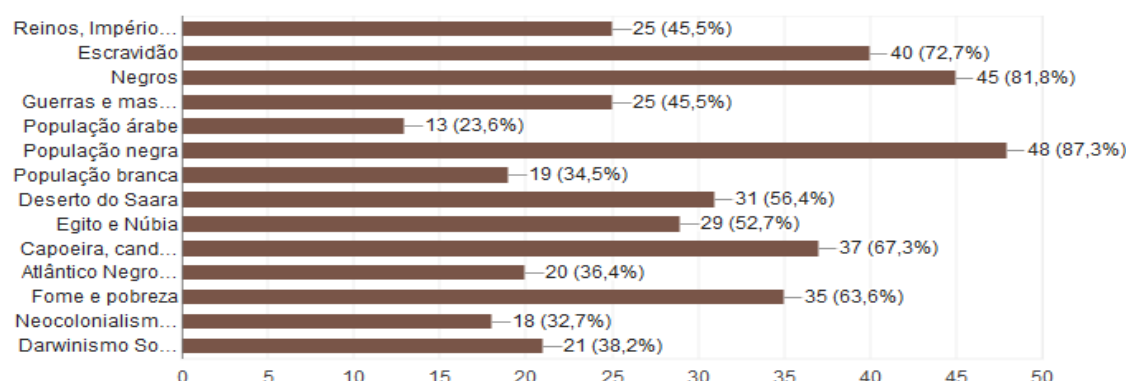


Imagem 1: Representação sobre a África.

Perguntamos aos estudantes tópicos que lembrassem a África. O objetivo era entender se há diversidade nos conhecimentos apropriados. Será que os estudantes compreendem itens relacionados à África que vão além do senso comum? Como é a representação da África?

As opções mais lembradas quando perguntados o que lembra a África foram “população negra”, com 87,3% e “negros”, com 81,8%. Em terceiro lugar, temos o termo “escravidão”, com 72,7%. Esses tópicos lembram o que Coelho (2011, p.62) fala sobre a África nos livros didáticos, pois “durante muito tempo, a África foi uma realidade histórica que somente se materializa nos livros didáticos brasileiros ligada ao fenômeno da escravidão na Idade Moderna”. As representações da África e dos povos africanos são construções sociais que mantêm o discurso de que a África tem uma história que depende de outras.

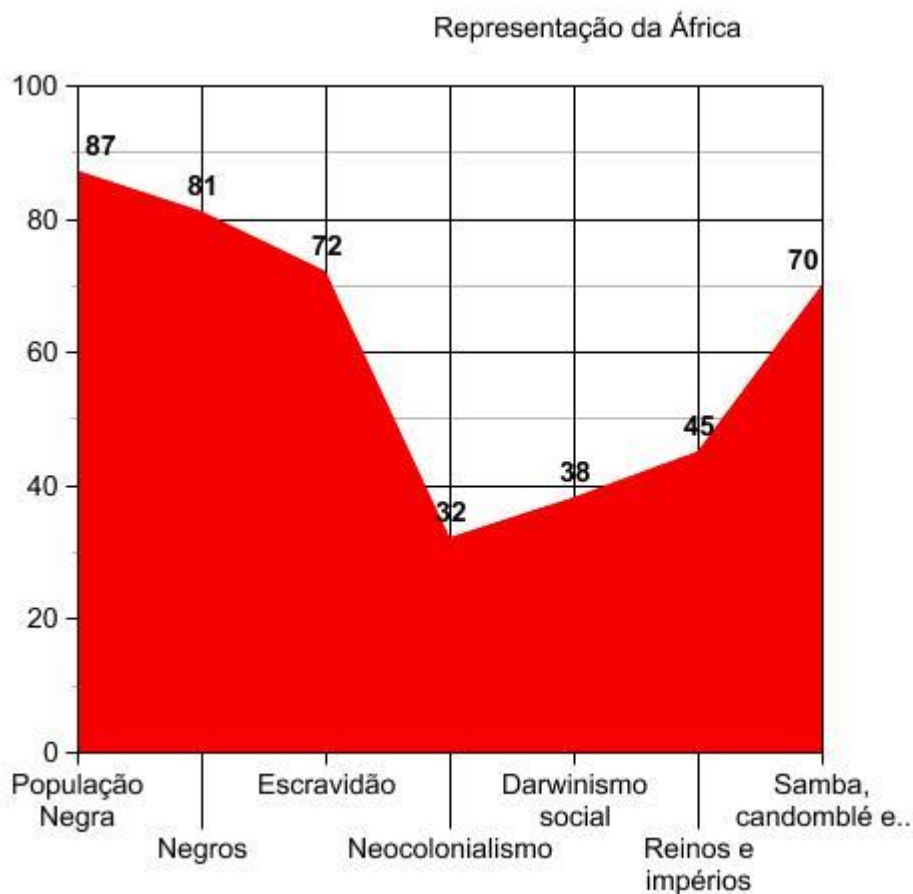


Imagem 2: Gráfico apresenta alguns resultados de tópicos lembrados pelos estudantes quando pensavam em África.

Ainda sobre as representações da África, podemos perceber que os tópicos que se referem à história africana são pouco lembrados pelos jovens, como “neocolonialismo”, com 32,7%, “darwinismo social”, com 38,2%, e “reinos e impérios”, com 45,5%. Até mesmo tópicos como Egito e deserto do Saara não são lembrados de forma expressiva, mesmo tendo vasta análise na maioria dos materiais didáticos.

Além disso, há pouco conhecimento dos estudantes sobre a existência de populações árabes e brancas no continente, o que evidencia raro estudo sobre as histórias da África ao longo de seu desenvolvimento. Para finalizar, quase 70% relaciona samba, capoeira e candomblé com África. No entanto, sabe-se que essas três manifestações culturais são afro-brasileiras, ou seja, desenvolveram-se no Brasil. Por mais que haja um interesse no continente, a representação ainda é marcada pelo senso comum de ser lembrado pela população negra, pela escravidão, fome e pobreza.

Qual história da África e das Africanidades está no livro didático?

Os materiais didáticos devem, como lembra Oliva (2011, p.93), levar em consideração que os professores e jovens já possuem referências sociais e conceitos sobre a África. Dessa forma, ao entrar em contato com os manuais escolares, os indivíduos podem reforçar estereótipos ou desconstruí-los, já que os professores e os jovens encontram-se, como complementa Oliva (2011, p.91), “na condição ativa de rejeitá-los, modificá-los ou simplesmente absorvê-los de uma outra forma, ou seja, de se apropriar deles”.

Para conhecer a história da África nos materiais didáticos, fizemos o levantamento de nove materiais. Oito deles são livros que foram adotados a partir de 2018 em diversas escolas, e um deles foi o adotado pela escola investigada em 2017, ou seja, é o material em uso pelos estudantes entrevistados⁶.

Os livros são todos do primeiro ano do Ensino Médio, versando, de forma geral, sobre construção da História, Pré-História, História Antiga, História Média e História Moderna, majoritariamente em ordem cronológica. Percebemos que a presença da temática da África nesses livros se deu através da leitura do sumário e dos capítulos dos livros que marcavam a presença da África no conteúdo.

Foi constatado que, da totalidade das páginas dos nove livros, 8% a 17% falam sobre História da África. Na maioria dos livros pesquisados ainda há uma preferência pela abordagem da África sob os aspectos do Egito Antigo, como sociedade e aspectos culturais, mumificação e religião. De forma geral, a África aparece no discurso dos livros quando se fala sobre a origem da espécie humana, continua a aparecer de forma mais significativa com o Egito Antigo e escravidão no Brasil, em alguns casos.

Outros tópicos abordados são reinos e povos africanos, como Cuxe, Kerma, Punt, Iorubá, Axum, Garamante, Sahel, Bantos, Nok, Gana, Mali, Congo e Benin. Percebe-se, no entanto, que existe pouco aprofundamento quando há explanação sobre o processo histórico dessa diversidade de povos e culturas africanas, assim como existe pouca relação com a história recente da África.

No site do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), há doze resenhas dos livros

⁶ Cabe salientar que esse livro didático, intitulado “História – das cavernas ao terceiro milênio”, escrito por Patrícia Braick e Myriam Mota, deixou de ser utilizado no ano de 2018, pois há uma renovação do material disponibilizado para a escola.

disponibilizados para as escolas públicas utilizados a partir de 2018. Nelas, encontramos a preocupação da entidade em salientar nas obras a abordagem dos aspectos relacionados à História da África e à cultura afro-brasileira. A atenção é clara ao salientar, por exemplo, que em determinada obra analisada para este artigo:

As temáticas da História da África, da cultura afro-brasileira e das culturas indígenas são discutidas ao longo da coleção, principalmente nas atividades, auxiliando na desconstrução de preconceitos e estereótipos sobre esses povos, na medida em que se exploram suas especificidades em diferentes tempos históricos. Extrapola-se a visão que os restringem apenas ao passado, permitindo que os estudantes pensem historicamente sobre a atuação desses sujeitos em diferentes temporalidades e como responsáveis por contribuições significativas na formação (DIAS, 2018, s/p.).

Embora a maior parte dos livros, de acordo com as resenhas, apresentem uma abordagem adequada e em cumprimento com a legislação atual, a entidade deixa evidente que alguns livros detêm uma análise ainda bastante restrita e que trabalha a África com relação aos fatos históricos europeus, como no trecho a seguir:

Ao trabalhar a História da África, a coleção apresenta características gerais, e com menor ênfase, a visibilidade dos negros em experiências positivas na história contemporânea. São tratados os processos de dominação, lutas e resistências em suas interações com a história dos povos europeus (MARQUES, 2018, s/p.).

Já na resenha do PNLD 2015, ou seja, na lista de livros utilizados pela escola investigada no triênio 2015, 2016 e 2017, encontramos a resenha do livro trabalhado em sala de aula no ano de 2017. O material chama-se “História – das cavernas ao terceiro milênio”, escrito por Patrícia Braick e Myriam Mota. Na resenha, fala-se sobre o tipo de abordagem da História da África encontrado no livro, relacionado, acima de tudo, aos fatos históricos evidenciados a partir da colonização da História Moderna:

“A História da África, história e cultura dos afrodescendentes e dos povos indígenas são abordadas em todos os volumes, em capítulos específicos, textos complementares ou nas sugestões de atividades. A História da África é apresentada considerando sua relação com a História do Brasil” (BRAICK, 2015, s/p.).

Não nos cabe aqui realizar uma análise aprofundada sobre o material didático adotado na escola, porém notamos que o livro trabalha de forma insatisfatória o conteúdo da África, permeados pela escravidão moderna e, no final do livro, um breve capítulo sobre reinos e impérios africanos, parte deslocada ao conhecimento histórico do restante do livro.

Muitos dos materiais didáticos refletem a África como uma miragem do colonial e de situações de sua colonialidade. Pantoja (2011, p.22) reflete que essa abordagem deve ser

superada a partir da construção do pensamento de que “somos levados a pensar sobre a natureza da África hoje e a refletir sobre as categorias fundamentais a partir das quais sua história pode ser dividida, não mais com referências ao “colonial”.

Considerações Finais

Realizar essa pesquisa com estudantes do primeiro ano do Ensino Médio e que já têm contato com as manifestações da lei 10.639, lançada em 2003, desde o início da sua vida escolar, mostrou-nos que os estudantes estão abertos a entender a África para além dos conteúdos padrões, como escravidão moderna, e de questões do senso comum, como guerra, miséria e pobreza.

No entanto, há pouco conhecimento apropriado da história desse continente pela grande parte dos sujeitos envolvidos. A análise, contudo, tem que levar em consideração uma crítica à própria conjuntura. A mudança é estrutural e deve contar com a formação docente, inicial e continuada. Além disso, os livros didáticos devem sofrer uma remodelação. Mesmo que os currículos das faculdades de História apresentem disciplinas relacionadas à África, muito influenciadas pela força da lei e pela inserção de profissionais negros na academia, na formação docente e em sua atuação, mantém-se lacunas explícitas sobre a temática.

Percebe-se uma preocupação social e atual brasileira em trabalhar aspectos das africanidades que tenham relação com a realidade do país. Racismo, relações étnica-raciais e comemoração do Dia da Consciência Negra são exemplos dessa preocupação. No entanto, como lembra Coelho (2011, p.63), “seria também importante estudar as dinâmicas internas do continente africano que, embora diverso, tem uma longa história interna e externa de integração e de interdependência”.

Verificamos que a presença da África em sala de aula está, de forma incipiente, respondendo principalmente à demanda de valorizar as africanidades, a importância social do negro e a inconsistência do racismo biológico e cultural e visando pouco o próprio estudo do continente. Por mais que haja uma relação de séculos entre África e Brasil, a história da África não é somente um passado distante, como lembra Pantoja (2011, p.20). Estudar a África é entender a “contemporaneidade do continente, sua inserção no cenário internacional, suas conexões num mundo globalizado”.

A representação sobre a África, suas memórias e imaginários, modifica-se com a atuação conjunta entre uma universidade socialmente referenciada, com docentes especializados em

História da África, mas também com o alicerce da formação continuada dos professores e, ademais, com a elaboração de materiais didáticos que não sejam permeados por uma linearidade cronológica eurocêntrica.

WHAT DO YOU KNOW ABOUT AFRICA? A CASE STUDY ON A SCHOOL OF THE PUBLIC SCHOOL SYSTEM OF THE FEDERAL DISTRICT

Abstract: This article presents a case study on the application of the Law 10.639, approved in 2003, conducted in a school in the public school system of the Federal District. Our initial hypothesis was that such legislation pressed for modifications in the school system, from the education of teachers, to the elaboration of didactic materials and the overall configuration of the representations of African history presented to the students. This study states that students, teachers and producers of didactic materials are interested in the African history. However, we argue that the education provided to teachers does not equip them with the proper tools to overcome a colonizing perspective of Africa and the Africans in the formation of Brazil. Interviewed students understand the importance to acknowledge African-Brazilian heritage and, yet, they do not demonstrate having a more in-depth grasp on the subject. Moreover, the didactic material reproduces a fragmented view of the African history, which, furthermore, is predominantly focused on the history of Egypt. Thus, we argue that the people involved in the school system have not yet adequately seized on the subject of the legislation.

Keywords: Teacher training. Law 10.639/03. Representation. African history. Didactic material.

Anexos

A - Perguntas aos professores de História:

NOME:

IDADE:

SOU PROFESSOR DE HISTÓRIA HÁ QUANTOS ANOS?

- 1) Você cursou História da África na faculdade?
- 2) Qual o nome das disciplinas relacionadas à História da África que você cursou na faculdade?
- 3) Qual o nome da sua universidade que você se formou?
- 4) Caso tenha estudado História da África, o professor que lecionou essas disciplinas era especialista na área?
- 5) Você conhece algum colega de curso que tenha finalizado o trabalho de conclusão de curso sobre História da África ou sobre o seu ensino?
- 6) Você realizou cursos de aprimoramento sobre História da África, como cursos de extensão? Se sim, quais?
- 7) Em uma escala de 0 a 5, sendo 0 pouco conhecimento e 5 vasto conhecimento, qual é o seu conhecimento em História da África?
- 8) Você sente segurança em abordar História da África em sala de aula? Explique.
- 9) Como a História da África é abordada no livro didático utilizado por você em sala de aula?
- 10) Como você vê a representação da História da África para os seus estudantes de primeiro ano?

B - Questionário apresentado para os estudantes de primeiro ano do Ensino Médio - O que você sabe sobre a África?

a) Você estuda no CEM Paulo Freire? *

Sim

Não

b) Você está no primeiro ano? *

Sim

Não

c) Qual é a sua idade? *

14

15

16

17

18

d) Você é:

Branco

Preto

Amarelo

e) O estudo da História da África é obrigatório no Brasil? *

Sim

Não

f) Você acha importante o estudo da História da África? *

Sim

Não

g) Por que o estudo da África é importante? *

Marque o que se refere à África: (marque mais de uma) *

Reinos, Impérios e Civilizações

Escravidão

Negros

Guerras e massacres

População árabe

População negra

População branca

Deserto do Saara

Egito e Núbia

Capoeira, candomblé e samba

Atlântico Negro na rota dos Orixás

Fome e pobreza

Neocolonialismo e imperialismo

Darwinismo Social

Referências

BRAICK, Patrícia. História, das cavernas ao terceiro milênio. **Guia PNLD 2015**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/guia-do-livro-didatico/item/5940-guia-pnld-2015>>. Acesso em: 01 de maio de 2018.

COELHO, Maria. **A Idade Média e a África: caminhos possíveis de ensino e de abordagem (p.62-68)**. In: **O ensino de história da África em debate: saberes, práticas e perspectivas**. Organizadores, Anderson Ribeiro Oliva, Maria Pinto Coelho. Goiânia: Ed. Da PUC Goiás, 2011.

_____; et OLIVA, Anderson. **Diálogos Plurais: os estudos africanos e medievais no Ensino de África (p.7-13)**. In: **O ensino de história da África em debate: saberes, práticas e perspectivas**. Organizadores, Anderson Ribeiro Oliva, Maria Pinto Coelho. Goiânia: Ed. Da PUC Goiás, 2011.

DIAS, Adriana. Resenha do livro Contato História. **Guia Digital PNLD 2018**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/pnld-2018/>>. Acesso em: 01 de maio de 2018.

HALL, Stuart. **Representation: Cultural Representations and Signifying Practices**. London, 1987.

MARQUES, Adhemar. Resenha do livro Caminhos do Homem. **Guia Digital PNLD 2018**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/pnld-2018/>>. Acesso em: 01 de maio de 2018.

OLIVA, Anderson. **Histórias de África: o lugar dos estudos africanos no ensino de História em**

Portugal (1990-2006) (p.93-91). In: **O ensino de história da África em debate: saberes, práticas e perspectivas.** Organizadores, Anderson Ribeiro Oliva, Maria Pinto Coelho. Goiânia: Ed. Da PUC Goiás, 2011.

PANTOJA, Selma. A presença africana no Brasil e as novas perspectivas de estudos. (p.17-26). In: **O ensino de história da África em debate: saberes, práticas e perspectivas.** Organizadores, Anderson Ribeiro Oliva, Maria Pinto Coelho. Goiânia: Ed. Da PUC Goiás, 2011.

PEREIRA, Marcia Moreira. Percurso da Lei 10639-03: antecedentes e desdobramentos. Revista Linguagens e Cidadania. v. 14, ISSN 1516-8492. Universidade Federal de Santa Maria, jan.-dez. 2012.

SOBRE A AUTORA

Júlia Schnorr é mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Recebido em 25/05/2018

Aceito em 21/08/2018